

NO FIM DE 2012, AS DIVIDAS AO FISCO E À SEGURANÇA SOCIAL ATINGIAM 27.884 MILHÕES €, BASTAVA COBRAR UMA PARTE DESTA DIVIDA PARA NÃO SER NECESSÁRIO CORTAR 4.700 MILHÕES € NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL DOS PORTUGUESES E PARA REDUZIR O DÉFICE

RESUMO DESTE ESTUDO

O governo e “troika” continuam a insistir no corte de 4.700 milhões € na despesa pública essencial para os portugueses. A prova disso é intenção declarada, já traduzida em leis, uma delas (Portaria 221-A/2013) já publicada e outras ainda em discussão na Assembleia da Republica ou em negociação com os sindicatos, de despedir dezenas de milhares de trabalhadores na Administração Pública. Se isso se concretizar, verificar-se-á uma maior degradação dos serviços públicos do que aquela que já se verifica atualmente, que resulta do ataque aos direitos dos trabalhadores da Função Pública que se têm verificado nos últimos anos, pois os sistemas públicos de educação, de saúde, de segurança social, de cobrança de impostos, etc., não podem funcionar sem trabalhadores. A justificação deste governo e da “troika” é que o atual nível da despesa pública em Portugal é incomportável apesar de ser inferior à da União Europeia (em 2012, Portugal: 47,4% do PIB; UE27:49,4% PIB - Eurostat).

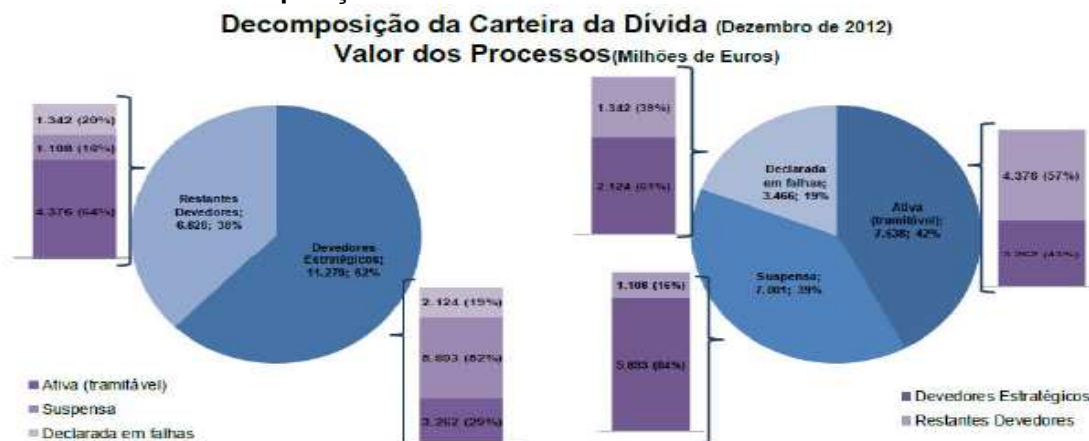
Como mostro neste estudo, utilizando apenas dados oficiais, com este governo e com a “troika” o nível de incumprimento na área de pagamento dos impostos e de contribuições para a Segurança Social disparou. Entre 2010 e 2012, a dívida ao Fisco aumentou de 16.536 milhões € para 18.105 milhões €, e a dívida à Segurança Social subiu de 7.270,5 milhões € para 9.779 milhões €, ou seja, em conjunto aumentaram em 4.077,5 milhões € em apenas dois anos atingindo, no fim de 2012, uma dívida gigantesca de 27.884 milhões €. Por outro lado, só no período 2007/2011 prescreveram impostos no valor de 4.392,9 milhões € devido à incapacidade do Estado em cobrar atempadamente o que lhe devem. Portanto, bastava medidas efetivas neste campo para cobrar as dívidas aos grandes devedores para não ser necessário cortar na despesa pública essencial e para reduzir o défice. Mas governo e “troika” preferem, por opção de classe, preferem despedir dezenas milhares de trabalhadores degradando ainda mais o Estado, e impedindo-o de cumprir as suas funções,

Passos Coelho e Vitor Gaspar acordaram com a “troika” fazer um corte na despesa pública de mais 4.700 milhões € que, a concretizar-se, determinaria, por um lado, cortes significativos nos sistemas públicos de saúde, educação e segurança social, o que agravaria as condições de vida já muito difíceis das famílias portuguesas e, por outro lado, um aprofundamento da recessão económica com consequências graves a nível de destruição de emprego. E uma das razões mais matraqueadas para fazer tais cortes é o de serem necessários para ajustar a despesa pública às receitas do Estado.

AS DIVIDAS AO FISCO NO FIM DE 2012 JÁ ATINGIAM 18.105 MILHÕES €

No fim de 2012, as dividas ao Fisco já atingiam 18.105 milhões €, como consta da pág. 53 do “Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiros” de 2012 que o Secretário de Estado de Assuntos Fiscais apresentou à Assembleia da República em Junho de 2013. O gráfico 1 mostra com clareza a dimensão da dívida ao fisco e a forma como ela se reparte.

Gráfico 1- Decomposição da carteira da dívida ao Fisco no final de 2012



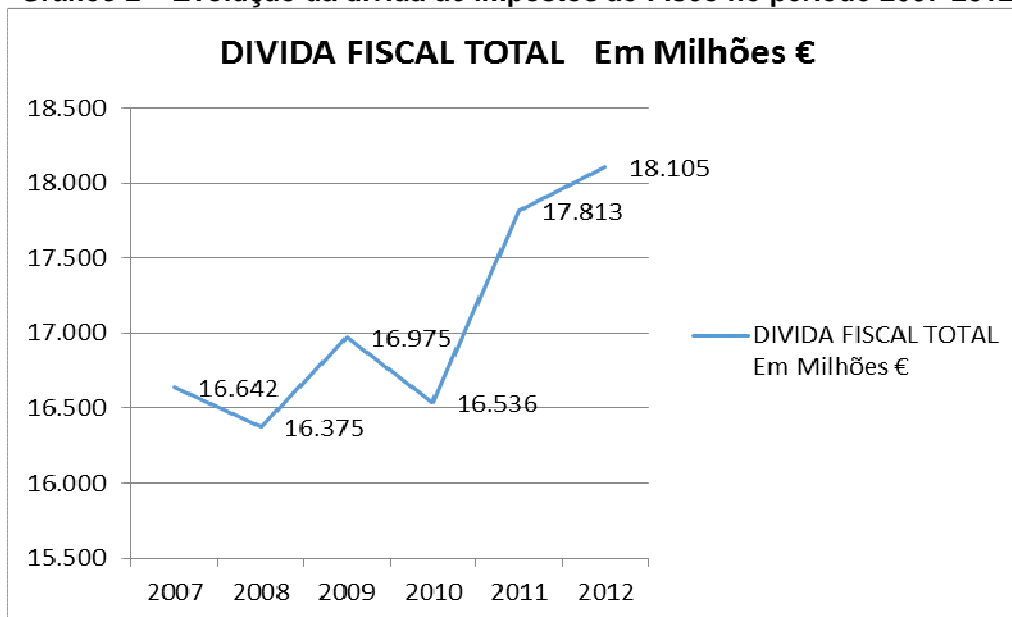
Segundo o gráfico, 62% da dívida diz respeito a grandes devedores. Na página 52 do “Relatório” apresentado pelo Secretário de Assuntos Fiscais, pode-se ler o seguinte: “*No final de 2012, os 11.399 devedores estratégicos*” (devedores com dívida global, numa Direção de Finanças, superior a 500.000€, ou com dívida global, em mais de uma Direção das Finanças superior, a 250.000€); repetindo, **“No final de 2012, os 11.399 devedores estratégicos eram responsáveis por 62% do total da carteira da dívida, com 11.279 milhões €”**.

É evidente, que se o governo PSD/CDS e a “troika” tomassem medidas efetivas para que estes grandes devedores pagassem o que devem (em média, cada um deles deve ao Fisco 989.473€, ou seja, quase um milhão €) certamente haveria dinheiro para reduzir o défice e não seria necessário cortar na despesa pública, nomeadamente nos sistemas públicos de educação, saúde e segurança social. E tenha-se presente que aqui, como também acontece mais em relação à Segurança Social que analisaremos mais à frente, o valor da dívida não tem nada a ver com a evasão e fraude fiscal ou contributiva, que é também muito grande pois a evasão e a fraude inclui valores ainda não conhecidos e identificados pelo Fisco ou pela Segurança Social, enquanto aquele valor de dívida diz respeito a impostos declarados ou conhecidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira que os contribuintes não pagaram e que esta Autoridade ainda não conseguiu cobrar.

A DÍVIDA AO FISCO AUMENTOU SIGNIFICATIVAMENTE COM O GOVERNO PSD/CDS E COM A “TROIKA”

O gráfico 2, construído com dados do mesmo “Relatório” mostra o que tem acontecido neste área com o governo PSD/CDS e com a “troika”.

Gráfico 2 – Evolução da dívida de impostos ao Fisco no período 2007-2012



FONTE: Relatório Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras -2012

É nítido o agravamento significativo do incumprimento com o governo PSD/CDS e com a “troika” já que, contrariamente à tendência verificada no período anterior, em que a dívida tinha estabilizado, entre 2010 e 2012, regista-se um aumento muito grande da dívida ao Fisco pois passou de 16.536 milhões € para 18.105 milhões € (subiu 1.589 milhões € em apenas 2 anos). Isto também prova que, contrariamente ao que afirmam este governo e a “troika”, existem outras soluções para reduzir o défice e não cortar na despesa pública essencial, e até mais justas e de maior igualdade, que são: fazer pagar impostos àqueles que não querem, nomeadamente aos “*devedores estratégicos*”, ou seja, aos grandes devedores.

SÓ ENTRE 2005 E 2011, OS IMPOSTOS QUE PRESCREVERAM POR FALTA DE CAPACIDADE DO ESTADO PARA OS COBRAR, ATINGIU 4.392 MILHÕES €, OU SEJA, QUASE TANTO COMO OS CORTES QUE O GOVERNO E “TROIKA” QUEREM AGORA FAZER

A provar também a incapacidade, ou a falta de interesse, do governo e da “troika” em tomar medidas que permitam cobrar atempadamente os valores em dívida, estão os elevados montantes que todos os anos prescrevem, como mostra o quadro 1 construído com dados constantes do “Relatório de Combate à Evasão e Fraude Fiscais e Aduaneiros” de 2011..

Quadro 1 – Valor da dívida fiscal prescrita no período 2005-2011

ANO	Valor da dívida fiscal declarada prescrita pelas Finanças Milhões €
2005	231,5
2006	500,5
2007	521,3
2008	1266,6
2009	572,6
2010	684,5
2011	615,9
SOMA	4392,9

FONTE: Relatório de Combate à Evasão e Fraude Fiscais e Aduaneiros – 2011 – pág. 92 – Ministério das Finanças

Só em 7 anos, o Estado perdeu 4.392,9 milhões €, portanto quase tanto como aquilo que este governo e a “troika” pretendem ainda cortar na despesa pública, devido aos impostos que prescreveram determinado pela incapacidade em cobrar atempadamente impostos em dívida. E atualmente os impostos em dívida só prescrevem ao fim de oito anos.

NO FIM DE 2012, AS DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL JÁ ATINGIAM 9.778 MILHÕES €

Mas o aumento do incumprimento com este governo e com a “troika” não se limitou apenas aos impostos. Também está a suceder com a Segurança Social. Segundo a Conta Geral do Estado, a dívida à Segurança Social no fim 2012 atingiu um valor gigantesco.

Quadro 2 – Dívidas à Segurança Social – Variação no período 2005/2012

ANOS	DÍVIDAS ACUMULADAS À SEGURANÇA SOCIAL Milhões €			AUMENTO ANUAL DA DÍVIDA Milhões €	Provisões acumuladas criadas pelo governo para anular/perdoar dívidas Milhões €
	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	TOTAL		
2005	0,1	2.150,0	2.150,1		233,7
2006	0,1	3.174,2	3.174,3	1.024,1	310,2
2007	2.744,6	1.475,4	4.220,0	1.045,8	2.447,7
2008	3.895,3	1.354,0	5.249,3	1.029,2	3.592,7
2009	4.849,6	1.776,9	6.626,5	1.377,2	4.560,0
2010	5.739,9	1.530,6	7.270,5	644,0	5.437,7
2011	3.407,0	3.735,0	7.142,0	-128,5	3.402,3
2012			9.779,0	2.637,0	4.305,6

FONTE: 2005-2011: Balanços da Segurança Social incluídos nos Relatórios OE 2006-2013; 2012: Conta Geral do Estado de 2012 - Ministério Finanças

No fim de 2012, as dívidas à Segurança Social atingiram, segundo dados da Conta Geral do Estado de 2012, 9.779 milhões€, tendo aumentado, desde que o governo PSD/CDS e a “troika” entraram em funções, 2.508,5 milhões € (+34,5%). Uma parte desta dívida são descontos nos salários dos trabalhadores que as entidades patronais não entregaram à Segurança Social. Apesar do seu elevado montante, e de ser também dinheiro dos trabalhadores, o governo constituiu uma provisão de 4.305 milhões € para anular/perdoar uma parte dessa dívida, o que causará à Segurança Social a perda centenas de milhões €.

O GOVERNO E A “TROIKA” TÊM IMPOSTO MEDIDAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MEDIDAS QUE PROVOCAM A SUA DEGRADAÇÃO IMPOSSIBILITANDO A COBRANÇA DAS DÍVIDAS

O ataque aos trabalhadores da Função Pública e aos seus direitos está a empurrar prematuramente para a aposentação dezenas de milhares de trabalhadores, a que se segue agora a intenção declarada e já traduzida em leis de despedir milhares de trabalhadores, sendo muitos deles os com maior qualificação e experiência, o que provocará uma maior degradação da Administração Pública do que aquela que já se está a sentir nos serviços essenciais, como sejam a cobrança de impostos, a saúde, a educação, e a segurança social. Desta forma, PSD/CDS e “troika” ao destruírem o Estado são responsáveis pela incapacidade crescente da Administração Fiscal e da Segurança Social em cobrar uma parcela importante das suas receitas, agravando assim ainda mais a situação financeira do Estado, o que depois é utilizada para aumentar os impostos e cortar em despesas essenciais. A existência destas dívidas gigantescas agrava ainda mais a injustiça fiscal e as desigualdades em Portugal. É urgente por cobro a esta política que está a destruir o Estado, a economia e a sociedade portuguesa.

Eugénio Rosa – Economista – edr2@netcabo.pt, 14.7.2013

Eugénio Rosa – Economista – Este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com